

# 3R

Ano II • Edição 4 • Junho 2022

Revista bimestral da Justiça Federal da 3ª Região

## Ataque cibernético alerta para cuidados no uso dos sistemas

Saiba como se prevenir contra ações criminosas

### Nesta Edição

TRF3 realiza eventos para celebrar mês do meio ambiente

Judiciário contribui para avanço das pautas LGBTQIA+

A importância das férias para a saúde mental

# Editorial

## Cuidados individuais para a segurança de todos

Senhoras magistradas, senhores magistrados,  
Senhoras servidoras, senhores servidores,

Em 2020, logo no primeiro mês da gestão do corpo diretivo anterior, do qual fiz parte como corregedora, encaramos o que foi - e ainda é - o maior dos desafios das nossas vidas: a pandemia da Covid-19.

Com dedicação, inovação e coragem, conseguimos, em uma operação de emergência sem precedentes, manter, dentro do que o isolamento permitia, a prestação jurisdicional.

Um novo obstáculo, de imensa proporção, surgiu logo no início desta gestão, com o grave ataque hacker sofrido no dia 30 de março. Foi um período extremamente desgastante para todos nós, mas, mais uma vez, seguimos adiante.

Os dois episódios, de certa forma, conectam-se. Em decorrência do necessário isolamento social, foram promovidos diversos investimentos na área de tecnologia da informação, que consideraram, também, outras ações criminosas de menor proporção neste Tribunal e até mais graves em outras Cortes.

Criamos, ainda, procedimentos de segurança, que foram fundamentais para que pudéssemos proteger o que temos de mais importante, nossa base de dados processuais. Os criminosos conseguiram atrapalhar, e muito, o funcionamento da Justiça Federal da 3ª Região, mas não chegaram onde queriam.

Nossas equipes técnicas trabalharam incansavelmente para proteger nossos dados e refazer em tempo recorde a estrutura que mantém o funcionamento dos nossos sistemas.



**Marisa Santos, Presidente do  
Tribunal Regional Federal da 3ª Região**

No entanto, não podemos nos descuidar. Nem a pandemia acabou nem os perigos dos ataques virtuais cessaram.

Em razão da alta de casos de coronavírus em São Paulo, o uso de máscara voltou a ser obrigatório no TRF3 e na Seção Judiciária de São Paulo.

Além de explicar o episódio do dia 30 de março, reportagem desta edição detalha novos procedimentos para o trabalho remoto e traz valiosas dicas para segurança da informação.

Tanto para um problema quanto para o outro, só estaremos seguros se todos tomarem os devidos cuidados.

Neste mês de junho, como sabem, celebram-se duas datas extremamente importantes: o Dia do Orgulho LGBTQIA+ e o Dia do Meio Ambiente.

O Poder Judiciário tem sido protagonista em muitos dos avanços relacionados aos direitos dos LGBTQIA+. A equipe da 3R entrevistou especialistas da área e realizou um levantamento de decisões relevantes sobre o tema, incluindo processos deste Tribunal.

Já a questão ambiental é cada vez mais central no debate público mundial, com o Brasil nos holofotes, e tema de muitos processos na Justiça Federal. Conheça nesta edição as ações da JF3R voltadas ao mês do meio ambiente.

Outra reportagem de destaque trata dos cursos de capacitação de intérpretes forenses. Em uma parceria com a UNB, de forma inédita, foi promovida a formação de cerca de 50 profissionais em mais de 10 línguas estrangeiras, indígenas e de sinais. Um importante esforço para garantir o acesso universal à Justiça.

Na Seção Conhecendo as Subseções, a cidade de Ribeirão Preto é a homenageada da vez. A 2ª Subseção Judiciária, a primeira instalada no interior do Estado, completa neste mês 35 anos.

Desejo uma ótima leitura a todos!



# Expediente

## Coordenação

Caio Amaral da Costa Carvalho  
Assessoria de Comunicação Social do TRF3

## Projeto Gráfico

Hélio Cesário Martins Jr.

## Edição

Ana Carolina Minorello  
Ricardo Acedo Nabarro

## Textos e reportagens

Andrea Aparecida da Silva  
Edmilson Gomes da Silva  
Ester Laruccia Penido  
Mônica Gifoli Theodoridis  
Sérgio Ricardo Quaranta  
Silvana de Freitas  
Wellington Luiz de Campos

## Imagens

Edson Nagase Kenji  
João Fábio Pinto César Kairuz  
Paulo Cesar Polimeno

## Diagramação

Wladimir Wagner Rodrigues

## Estagiário

Lucas Moura Vilela



# Ataque cibernético alerta para cuidados no uso dos sistemas

## Ação criminosa afetou trabalho na Justiça Federal da 3ª Região

O crescente número de ações criminosas de hackers no Brasil, ao longo dos últimos anos, tem afetado a prestação de serviços de órgãos públicos e provocado prejuízos significativos a empresas privadas e a pessoas físicas. A prevenção aos ataques se tornou especialmente mais desafiadora com a expansão do home office, em razão da pandemia.

No TRF3, desde 2020, com o aumento do teletrabalho e dos riscos de ataques, houve aumento nos investimentos na área. Planos de Contratação de Tecnologia da Informação (TI) tiveram um incremento, com verbas destinadas à internet, compra de equipamentos de servidores de rede mais seguros e potentes, além de atualizações de softwares.

Essas ações foram fundamentais para que a Secretaria de Tecnologia da Informação (SETI) agisse rapidamente para conter ataques hackers aos sistemas de informação da Justiça Federal da 3ª Região (JF3R), em 2021, e para resolução e restabelecimento dos sistemas digitais devido à invasão cibernética ocorrida em 30 de março.

No ano passado, os ataques foram do tipo Dynamic Deny of Service (DDoS), também conhecido como negação distribuída de serviço. Trata-se de uma sobrecarga produzida por meio do excesso de demanda, que tem como resultado a indisponibilidade de websites. O caso deste ano foi do tipo ransomware, considerado mais grave.

“Esse tipo de ataque é mais danoso do que outros tipos e provoca uma interrupção maior dos serviços de TI. Muitas vezes, são necessários meses para sua total restauração. A SETI teve que refazer praticamente toda a infraestrutura de TI em tempo recorde, 15 dias corridos”, explica o diretor da SETI, Daniel Guimarães.

O ransomware é um tipo de código malicioso (malware) que criptografa arquivos no armazenamento local e de rede, além de máquinas virtuais e banco de dados. Em geral, criminosos exigem um resgate (ransom) para descriptografar os documentos e restabelecer o acesso



ao usuário. Os hackers desenvolvem esse malware para ganhar dinheiro com extorsão digital. O código pode ser instalado por meio de links enganosos em e-mails, mensagens instantâneas ou sites.

O ataque ocorreu na madrugada do dia 30 de março e foi interrompido com o desligamento total de equipamentos de datacenter. O tribunal acionou a Polícia Federal, que no mesmo dia coletou informações para o Inquérito Policial. A investigação corre em segredo de Justiça.

Daniel Guimarães, diretor da SETI, explica que a área de tecnologia seguiu o Plano de Continuidade de Serviços de TI, reconstruindo e restaurando toda infraestrutura e sistemas da JF3R. Os protocolos de segurança visaram garantir o retorno da prestação jurisdicional o mais rapidamente possível.

“No período de 15 dias, os principais serviços, como PJe, SEI e Precatórios, foram restabelecidos. Em seguida, iniciamos a higienização de 8.200 computadores e notebooks. Os bancos de dados e sistema judiciais e administrativos de produção não foram prejudicados e retornaram de forma íntegra, sem perda de informação. Apenas os ambientes de homologação, desenvolvimento e arquivos pessoais dos computadores e notebooks foram perdidos”, conclui.

Os prazos dos processos eletrônicos voltaram a fluir no dia 18 de abril. Para que o retorno das atividades ocorresse de maneira segura, os prazos de processos físicos e o atendimento presencial ao público permaneceram suspensos durante todo o mês de abril, no TRF3 e nas Seções Judiciárias de São Paulo (SJSP) e Mato Grosso do Sul (SJMS). O teletrabalho extraordinário de servidores e magistrados foi prorrogado. Durante as duas primeiras semanas do mês, a JF3R funcionou exclusivamente em regime de plantão judiciário.

### **Outros ataques**

Outros órgãos públicos também sofreram “invasões” do mesmo tipo. O Poder Judiciário tem sido alvo frequente dos criminosos.

Em 6 de março, a Justiça Federal de Pernambuco foi vítima de um ataque que deixou o site e os sistemas fora do ar. Em fevereiro, hackers invadiram sistemas do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo. Em 2020, o Superior Tribunal de Justiça informou que um vírus invadira suas redes de telefonia e internet. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o Tribunal Superior Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal também já foram vítimas de ações criminosas.

Segundo o diretor da SETI, questões relativas à segurança da informação são debatidas diariamente pela Secretaria e pela Equipe de Tratamento de Resposta a Incidentes de Segurança Cibernética (ETIR). São, também, realizadas reuniões mensais da Comissão Local de Respostas

**“O elo mais fraco da Segurança da Informação são as pessoas. De nada adianta implementar as melhores ferramentas de proteção no seu ambiente se não houver um treinamento básico para as pessoas que o utilizam diariamente. Cursos, treinamentos e orientações são fundamentais”**

**Daniel Guimarães,  
diretor da SETI**



a Incidentes de Segurança (CLRI) e da Comissão Local de Segurança da Informação (CLSI).

“Após este ataque ransomware, foi contratado o serviço de Security Operations Center, Centro de Operações de Segurança (SOC). Trata-se de uma forma de denominar a plataforma que registra qualquer problema de segurança digital. Com muita agilidade, o sistema também recolhe, armazena e analisa relatórios para corrigir qualquer vulnerabilidade ou ameaça cibernética”, salientou Daniel Guimarães.

## Cuidados

Vazamentos e invasões nos computadores podem ser mais frequentes com as pessoas trabalhando virtualmente. O problema ocorrido dentro de casa pode ser levado para o local de trabalho, mesmo em uma conexão VPN (rede virtual privada) e com utilização de usuário e senha pessoais.

Na 3ª Região, a conexão VPN foi descontinuada por questões de segurança. O acesso aos sistemas e serviços de TI remotamente fica condicionado à extranet, pelo portal Trabalho Remoto (<https://trf3virtual.trf3.jus.br/>), que possui as principais ferramentas de trabalho, sem afetar a segurança da informação.

## Como se proteger

Uma dica importante é instalar um antivírus. Segundo Eduardo Carvalho Pereira, analista da Equipe de Tratamento de Resposta a Incidentes de Segurança Cibernética (ETIR) do TRF3, a utilização do programa, seja pago ou gratuito, continua sendo uma das dicas mais eficazes para a proteção de dispositivos, ainda mais em tempos de teletrabalho. “Ele elimina o trabalho duro, oferecendo segurança automática de trabalho remoto contra uma série de ameaças, como ataques de dia zero, malwares, phishing, etc”.

Marlon Borba, servidor aposentado especialista em TI ouvido pela 3R, diz que é preciso educar e conscientizar colaboradores. Para ele, a saída é “a educação dos usuários por meio de campanhas promovidas pela área de segurança da informação”. Com funcionários treinados, é mais fácil para a empresa estabelecer planos de contingência caso algo inesperado aconteça.

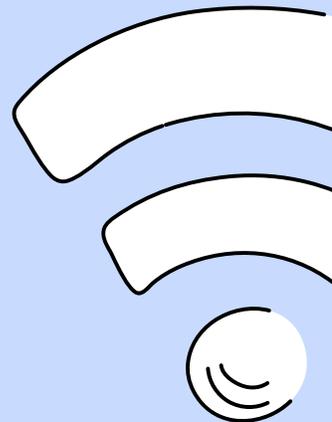
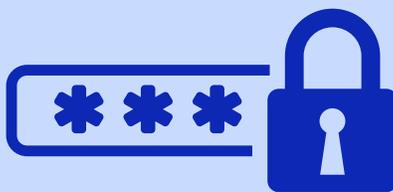
Na dúvida, não hesite em procurar as áreas técnicas. “Diante de qualquer suspeita de ação maliciosa, seja nos sistemas ou equipamentos, servidores e magistrados devem fazer contato diretamente com a SETI e ETIR pelos meios de comunicação existentes (callcenter, telefone, Teams), para posterior análise e verificação. Por e-mail, a mensagem deve ser enviada para [SECURITY@trf3.jus.br](mailto:SECURITY@trf3.jus.br)”, esclarece o diretor da SETI, Daniel Guimarães.



# Mais dicas de como se proteger no ciberespaço



Utilize senhas longas, fortes e exclusivas para cada dispositivo e aplicativo, com pelo menos 12 caracteres (símbolos, números, letras maiúsculas e minúsculas). Recomenda-se o uso de um gerenciador de senhas.



Cuidado ao acessar redes sem fio em locais públicos, somente o faça quando estritamente necessário.

Ative a autenticação de dois fatores, fornecendo duas informações ao fazer login em um site.

Mantenha o trabalho separado de suas atividades pessoais. Por exemplo: pendrives e HDs externos pessoais devem ser diferentes daqueles de uso profissional.



Abuse dos backups. Use a estratégia de backup 3-2-1: três cópias dos dados em pelo menos duas soluções de armazenamento, uma das quais de modo remoto.

Use apenas software licenciado e instale as atualizações assim que estiverem disponíveis.

Desconfie de e-mails por mais confiável que pareça o remetente. Não abra arquivos anexos principalmente se você não estiver esperando pela mensagem.

Bloqueie a tela quando estiver longe da mesa. Não deixe documentos ou notebooks sem vigilância.

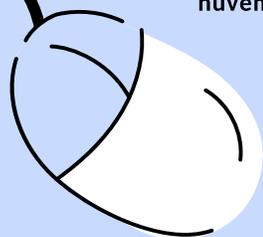
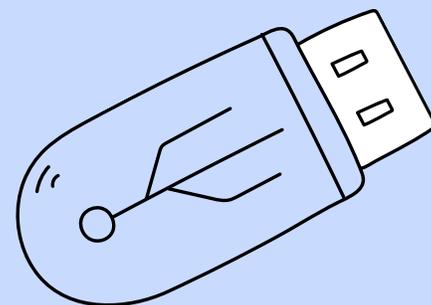
Evite compartilhar informações pessoais ou corporativas. Não faça cadastro em sites desconhecidos;



Criptografe o dispositivo móvel e o disco rígido. Essa medida protege os arquivos locais, caso ocorra perda, roubo ou o aparelho seja submetido a acesso não autorizado. Implemente a criptografia na nuvem.

Durante o expediente, não acesse sítios eletrônicos que não fazem parte do cotidiano de trabalho.

A SETI mantém a página [Dicas da Segurança da Informação](#), com cartilhas e recomendações sobre o tema.



# Avanços no Judiciário contribuem para celebração do Orgulho LGBTQIA+

## No TRF3, exemplos de julgados recentes asseguraram direitos em união homoafetiva

*Silvana de Freitas*

Há 53 anos, os frequentadores do bar Stonewall Inn, no bairro do Greenwich Village, em Nova York, reagiram contra a opressão policial, que era habitual em razão da presença predominante da comunidade gay. O episódio, ocorrido em 28 de junho de 1969, ficou conhecido como a Revolta de Stonewall e representa um marco na luta pelo reconhecimento de direitos. A data tornou-se o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+.

No Brasil, o Poder Judiciário tem contribuído decisivamente para o sentimento de orgulho dos cidadãos que lutam pelos direitos humanos, em especial pela causa LGBTQIA+. A via judicial é o caminho quase que exclusivo para as conquistas, ante a ausência de políticas públicas e de proteção legislativa específicas.

No Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), são vários os exemplos de julgados recentes que asseguraram direitos em união homoafetiva, como o pagamento de pensão por morte para o companheiro, concessão de visto a estrangeiro se o parceiro reside no Brasil, licença de 120 dias a adotante independentemente do gênero e pagamento de indenização do seguro DPVAT na hipótese de morte do parceiro.

Ouvidos pela reportagem da Revista 3R, os advogados Melina Girardi Fachin e João Taques, o presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (Ibdfam), advogado Rodrigo da Cunha Pereira, e a presidente da Comissão de Equidade Racial e de Gênero do TRF3, desembargadora federal Therezinha Cazerta, destacam o protagonismo do Judiciário e o caráter paradigmático do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheceu a união homoafetiva equiparando-a à união estável (ADI 4277/ADPF 132), citaram decisões relevantes no âmbito da 3ª Região e indicaram questões que consideram necessárias e urgentes para a garantia de direitos ainda pendentes.



## DECISÕES HISTÓRICAS

ANO	ÓRGÃO	DECISÃO
1996	10ª Vara Federal Cível de Porto Alegre	Autoriza incluir companheiro do mesmo sexo como dependente em plano de assistência médica
2005	STJ	Admite a inclusão do companheiro como dependente em plano de assistência médica, afirmando que a relação homoafetiva gera direitos analogicamente à união estável (RESP 238.715-RN)
2011	STF	Reconhece a união civil entre pessoas do mesmo sexo (ADPF nº 132 e ADI nº 4.277)
2013	TRF3	Concede a licença remunerada de 120, com a prorrogação de 60 dias, a casal homoafetivo, independentemente do gênero, no caso de adoção ou guarda de criança de até um ano de idade (AI: 32763 MS 0032763-15.2012.4.03.0000)
2015	STF	Retira as expressões “pederastia ou outro” e “homossexual ou não” do art. 235 do Código Penal Militar, que dispõe sobre o crime do ato de libidinagem. As expressões foram declaradas não recepcionadas pela CF-88 (ADPF 291)
2016	TRF3	Reconhece o direito de companheiro sobrevivente à indenização do seguro DPVAT em caso de falecimento do parceiro homossexual
2017	STF	Julga inconstitucional trecho de lei municipal (de Paranaguá-PR) que proibia o ensino sobre sexo e gênero em escolas (ADPF 461)
2017	STF	Assegura o direito à pluriparentalidade (RE 898060)
2017	STF	Declara inconstitucional o art. 1.790 do Código Civil, que estabelecia diferenciação de direitos de cônjuges e companheiros para fins sucessórios. Assim, assegura a equiparação da união estável homoafetiva à heteroafetiva (RE 646.721)
2018	STF	Permite a alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil quando solicitada por transexual, independentemente da realização de cirurgia de transgenitalização (ADI 4.275)
2018	1ª Vara do Júri de Fortaleza/CE	No julgamento conhecido como caso Dandara, a execução de uma travesti é considerada, pela primeira vez, homicídio qualificado por motivo torpe
2019	STF	Criminaliza a homotransfobia e equipara ao racismo discriminações e ofensas às pessoas LGBTI, por meio do enquadramento no artigo 20 da Lei do Racismo (7.716/1989), que prevê de um a três anos de prisão por crime imprescritível e inafiançável
2020	STF	Possibilita a doação de sangue por homossexuais (ADI 5.543)
2022	STJ	Estabelece que a Lei Maria da Penha (11.340/2006) se aplica aos casos de violência doméstica ou familiar contra mulheres transexuais e determina medidas protetivas a uma transexual agredida pelo pai na residência da família

“Na atual conjuntura, em que as pautas de costumes ocupam o centro do debate político, o Poder Judiciário assume uma sobrelevada importância, eis que, livre de influências políticas, atua no sentido único de salvaguardar os direitos previstos no ordenamento jurídico pátrio, em especial aqueles previstos na Constituição Federal e tidos como de maior importância”, afirmam Melina Fachin e João Taques, que têm atuação destacada na defesa dos direitos humanos.

Rodrigo da Cunha Pereira diz que “o papel do Poder Judiciário tem sido significativo, principalmente após a decisão dada pelo STF (ADI 4277/ADPF 132), que resultou na publicação da Resolução nº 175/2013 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que autorizou a habilitação para o casamento entre pessoas do mesmo sexo”.

Já a presidente da Comissão de Equidade Racial e de Gênero do TRF3, desembargadora federal Therezinha Cazerta, declara: “O Poder Judiciário tem sido protagonista de grandes transformações frente a uma sociedade marcadamente patriarcal, sexista, discriminatória, preconceituosa e extremamente violenta”.

Segundo a magistrada, “o Brasil assiste a um retrocesso em questões de gênero, e o Judiciário não tem se omitido em seu papel de garantidor dos direitos indispensáveis à sobrevivência do estado democrático de direito, com olhos voltados a uma sociedade humana, justa e igualitária.”

### **Pessoas transgêneras**

No âmbito da 3ª Região, os avanços recentes não ficaram restritos às decisões judiciais. Em 2021, o Tribunal realizou a campanha [“Seu nome combina com você?”](#), que buscou chamar a atenção para os direitos das pessoas trans e travestis e conscientizar sobre a possibilidade de uso do nome social na instituição e em processos judiciais.

No mesmo ano, a Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região (EMAG) e a Comissão de Equidade Racial e de Gênero do TRF3 promoveram o curso EaD [“A Proteção Jurídica às Pessoas Transgêneras”](#) e o webinar [“Dignidade das Pessoas Trans e Suas Demandas”](#).

Ainda em janeiro de 2021, a versão 2.1.8 do Processo Judicial Eletrônico (PJe) trouxe a possibilidade de adicionar nome social no cadastro de parte e usuários do sistema, não sendo necessário informar gênero. Com a nova funcionalidade, o TRF3 respeita e promove o direito de qualquer pessoa ser chamada como prefere. Acesse o [tutorial](#) do PJe.

O foco no combate ao preconceito contra as pessoas transgêneras e na garantia de direitos a elas justifica-se por dados objetivos de violência. Os entrevistados lamentaram o status do Brasil de líder mundial de assassinato de trans.

## **SEU NOME COMBINA COM VOCÊ?**



Tanto Therezinha Cazerta quanto Melina Fachin e João Taques citam a expectativa de vida de 35 anos da população transgênera, cerca da metade da média nacional, segundo dados da ONG RedeTrans.

“O Brasil ostenta o vexatório título do país que mais mata transgêneros, que aqui têm expectativa média de vida de apenas 35 anos. Uma pessoa LGBT é morta a cada 19 horas em nosso país”, afirmou a desembargadora federal.

O presidente do Ibdfam lembra de levantamento da ONG Transgender Europe que apurou a morte violenta de 868 travestis e transexuais no Brasil entre 2008 e junho de 2016. Ele acrescentou que a vulnerabilidade social aumenta a exposição a riscos.

Melina Fachin e João Taques mencionam que 90% dessa população recorrem à prostituição como único meio de subsistência. Eles ponderaram que, no universo LGBTQIA+, negros e pardos estão ainda mais expostos.

“As pessoas trans compõem um grupo histórica e fortemente oprimido no Brasil, vivendo não apenas sob o preconceito da sociedade como, também, sob a chaga da patologização, tendo sido consideradas, por muito tempo, como pessoas doentes”, afirmam Fachin e Taques.

## Avanços aguardados

Um passo importante e urgente, ainda pendente, no entendimento de Fachin e Taques, é a quebra do imperativo do binarismo do sexo, que ainda predomina nas decisões, com o reconhecimento de apenas dois gêneros: masculino e feminino.

Para eles, também é preciso vedar intervenções cirúrgicas precoces e não emergenciais em pessoas intersexuais. “Essas intervenções ditas corretivas, baseadas em uma lógica patologizante, acabam por configurar uma violação à integridade física do indivíduo, bem como uma violação ao seu direito à autodeterminação.”

O presidente do Ibdfam disse que o CNJ deve adequar o [Provimento 63/2017](#), que instituiu modelos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, particularmente a revogação de dispositivo que dificulta o registro de filhos de casais homoafetivos havidos por reprodução assistida. Ele também apontou a necessidade de a Receita Federal facilitar a emissão de CPF de filhos de casais homoafetivos, ajustando os formulários para permitir o registro de dois genitores do mesmo sexo.

Referindo-se à 3ª Região, a presidente da Comissão de Equidade de Gênero do TRF3 defende a realização de campanhas de conscientização para o público interno, para desenvolver a cultura do respeito e a capacitação adequada para uma atenção especializada. Ela acrescenta que a Comissão vem trabalhando nesse sentido. “Para o público externo, é

## LGBTQIA+ E O SIGNIFICADO DE CADA LETRA

A SIGLA CONTINUA A EVOLUIR PARA QUE MAIS IDENTIDADES SEJAM INCLUÍDAS!



### LÉSBICA

UMA MULHER QUE É ROMANTICAMENTE OU SEXUALMENTE ATRAÍDA POR OUTRA MULHER

### GAY

UM HOMEM QUE É ROMANTICAMENTE OU SEXUALMENTE ATRAÍDO POR OUTRO HOMEM



### BISSEXUAL

UMA PESSOA QUE É ROMANTICAMENTE OU SEXUALMENTE ATRAÍDA POR DOIS OU MAIS GÊNEROS

### TRANSGÊNERO

UMA PESSOA CUJA IDENTIDADE DE GÊNERO DIFERE DO GÊNERO ATRIBUÍDO NO NASCIMENTO



### QUEER

TERMO EMPRESTADO DO INGLÊS QUE SE REFERE A PESSOAS EM NÃO CONFORMIDADE COM OS PADRÕES DE SEXUALIDADE OU GÊNERO

### INTERSEXO

PESSOA CUJA ANATOMIA SEXUAL DIFERE DAS DEFINIÇÕES TRADICIONAIS DE MASCULINO E FEMININO



### ASSEXUAL

PESSOA QUE NÃO SENTE ATRAÇÃO SEXUAL OU ROMÂNTICA POR OUTRAS PESSOAS

### SINAL DE MAIS (+)

OUTRAS IDENTIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO QUE NÃO ESTÃO INCLUÍDAS NA SIGLA



desejável a implantação de políticas de estímulo ao ingresso, visando tornar mais diverso nosso corpo de magistrados e servidores, pois está comprovado que a diversidade qualifica as equipes para melhor desenvolverem suas atividades e apresentarem ideias inovadoras.”



### QUADRO DE JULGADOS DO TRF3

ANO	AUTOR	DECISÃO	ANOTAÇÕES
2010	Associação de Incentivo à Educação e à Saúde de São Paulo	Estende aos contribuintes em união estável homoafetiva o direito à declaração de Imposto de Renda de forma conjunta, então conferido apenas aos casais heterossexuais	<a href="#">Apelação Cível nº 0005378-77.2002.4.03.6100/SP</a>
2013	O interessado	Concede licença remunerada de 120 dias, com a prorrogação de 60 dias, a adotante em união estável homoafetiva, independentemente do gênero, no caso de adoção ou guarda de criança de até um ano de idade	<a href="#">AI: 32763 MS 0032763-15.2012.4.03.0000</a>
2015	O interessado	Concede visto a estrangeiro que convive em união estável com brasileiro	<a href="#">Apelação/Reexame Necessário Nº 0012564-20.2003.4.03.6100</a>
2016	Ministério Público Federal	Autoriza o pagamento de indenização do seguro DPVAT em caso de falecimento do parceiro homossexual	<a href="#">Apelação Cível- 1200097 / SP 0026530-50.2003.4.03.6100 – ACP</a>
2020	O interessado	Concede pensão por morte a companheiro de anistiado político	<a href="#">Apelação Cível 5000845-02.2018.4.03.6141</a> <a href="https://web.trf3.jus.br/noticias/Noticiar/ExibirNoticia/394000-trf3-concede-pensao-por-morte-a-companheiro-de-anistiado">https://web.trf3.jus.br/noticias/Noticiar/ExibirNoticia/394000-trf3-concede-pensao-por-morte-a-companheiro-de-anistiado</a>
2022	O interessado	1ª Vara Federal de Corumbá (MS) determina o pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 80 mil, a militar trans da Marinha que foi afastada das atividades em agosto de 2021, por alegada moléstia psicológica de transtorno de identidade sexual, há tempos excluída da classificação internacional de doenças	Procedimento Comum Cível 5000410-46.2021.4.03.6004/MS <a href="https://web.trf3.jus.br/noticias-sjms/Noticiar/ExibirNoticia/59-justica-federal-garante-a-sargento-da-marinha-o-uso">https://web.trf3.jus.br/noticias-sjms/Noticiar/ExibirNoticia/59-justica-federal-garante-a-sargento-da-marinha-o-uso</a>

## Curso capacita intérpretes forenses na 3ª Região

### Cerca de 50 profissionais participaram de treinamento inédito promovido pela Justiça Federal em parceria com a UNB

*Ricardo Nabarro*

Auxiliares essenciais da Justiça, sobretudo em processos penais, os intérpretes forenses garantem que não falantes do Português (sejam estrangeiros, indígenas ou surdos) compreendam plenamente o que se passa nas audiências de custódia ou de instrução e, assim, tenham garantidos os seus direitos constitucionais e o acesso à ampla defesa.

Com esse objetivo, a Justiça Federal da 3ª Região, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e com a formadora de intérpretes Jaqueline Nordin, da Suécia, realizou um curso inédito de formação e capacitação de intérpretes forenses, para a atuação nas audiências cíveis e criminais dos fóruns federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Cerca de 50 profissionais foram treinados em mais de 10 línguas estrangeiras, indígenas e de sinais, entre as quais Guarani, Russo, Italiano, Libras, Língua de Sinais Venezuelana, Crioulo-Haitiano, Chinês, Japonês, Espanhol, Francês, Árabe e Inglês.

O curso foi coordenado pelo juiz federal Paulo Marcos Rodrigues de Almeida, da Central de Conciliação (Cecon) em Guarulhos/SP, pela professora Sabine Gorovitz (UnB) e pela formadora de intérpretes Jaqueline Nordin.

“Todos os anos, cerca de 300 estrangeiros passam pelos bancos dos réus da Justiça Federal só em Guarulhos, por conta de prisões ocorridas no aeroporto, sem contar os indígenas que, normalmente como vítimas ou testemunhas de crimes federais, comparecem nas salas de audiência da Justiça Federal precisando da inter-



*Paulo Marcos Rodrigues de Almeida,  
Juiz Federal*



*Jaqueline Nordin*

venção de intérpretes forenses competentes”, disse o juiz federal Paulo de Almeida.

Para o magistrado, é essencial que na Justiça Federal haja uma interpretação forense de qualidade, desempenhada por profissionais qualificados, para o efetivo respeito às garantias constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. “Apenas compreendendo em sua língua nativa o que se passa no processo penal é que o réu não falante do Português – seja estrangeiro ou indígena – poderá efetivamente defender-se e exercer em plenitude o contraditório”, disse.

### Tutoria especializada

A interpretação forense é uma área de especialidade muito distinta e peculiar, o que torna o treinamento dos profissionais um desafio diante das demais áreas da interpretação. A tutora e desenvolvedora do curso, Jaqueline Nordin, é autora do livro “Introdução à Interpretação Forense no Brasil”. Atuou como intérprete forense por quase uma década, filiando-se a associações como a NAJIT (National Association of Judiciary Interpreters and Translators) e a EULITA (European Legal Interpreters and Translators).

Jaqueline Nordin acredita que o Poder Judiciário brasileiro iniciou um trabalho importante com este curso de capacitação. “É um marco na história da interpretação forense no Brasil, mas não podemos esquecer que os operadores do Direito também precisam saber utilizar o intérprete como ferramenta de trabalho da melhor forma possível.”

A formadora de intérpretes lembrou que o país contempla mais de 280 línguas, além das línguas de sinais. “Proporcionar acesso ao serviço público requer um esforço conjunto quando se vive em um país de proporção continental como o Brasil, multiétnico, multicultural e plurilíngue. Todos estes aspectos foram levados em conta na elaboração do curso, que contempla tanto as competências profissionais e técnicas dos intérpretes forenses quanto apresenta os desafios mais peculiares desta área de especialidade.”

Dados do Sistema de Assistência Judiciária Gratuita (AJG) revelam que, **entre janeiro de 2017 e dezembro de 2019** (período imediatamente anterior à pandemia, excluindo-se, portanto, a época de restrição de voos internacionais em 2020/2021), as cinco varas federais da Subseção de Guarulhos com competência criminal nomearam **1.496 intérpretes** para atuação em processos com réus estrangeiros (média de oito intérpretes nomeados/vara, por mês).



*O violonista Robson Miguel (62), reconhecido pelo seu trabalho musical e autor de 22 livros, dentre eles “Índios - Uma história contada pelos verdadeiros donos do Brasil”, foi um dos participantes do curso. De origem cafuzo (mistura de índio com negro), foi eleito cacique da aldeia Guarani de Itaóca-Mongaguá-São Paulo, sendo o primeiro a gravar o Hino Nacional Brasileiro na língua Guarani. Atualmente, atua como tradutor intérprete forense multiétnico indígena no Tribunal de Justiça de São Paulo. “Fiquei surpreso com a excelência do curso e a quantidade de saberes adquiridos em apenas 40 horas-aula. Me ajudou a traduzir e interpretar as terminologias forenses, com embasamento jurídico e, ao mesmo tempo cultural. Sem dúvida, esse conhecimento ajudará a tornar o país mais justo e igualitário aos povos indígenas.”*

### Particularidades da 3ª Região

Além de Guarulhos, outras subseções judiciárias localizadas em áreas de fronteira, como é o caso de Corumbá e Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul, e de Santos, no litoral paulista, também demandam rotineiramente os serviços de intérpretes de línguas estrangeiras, sem contar os casos envolvendo indígenas não fluentes em Português, recorrentes sobretudo nas Subseções de Dourados, Naviraí e Ponta Porã/MS.

O juiz federal Vitor Figueiredo de Oliveira, da 2ª Vara Federal de Ponta Porã, falou das características locais. “Aqui é normal a necessidade de intérprete do idioma Guarani. A maior incidência é no Juizado Especial Federal, em que diversas testemunhas e partes falam essa língua.”

Sobre as audiências com estrangeiros, o magistrado afirmou ser comum que moradores de Pedro Juan Cabellero (cidade divisa de Ponta Porã) saibam falar bem o Português. Mesmo assim, ele acha a capacitação de intérpretes salutar. “Quando temos uma audiência com a presença deste profissional é um desafio para todos os envolvidos e quanto maior o preparo melhor”, frisou.



*A UnB, por seu grupo de pesquisa Mobilang, em parceria com a formadora de intérpretes Jaqueline Nordin e outros profissionais e instituições (entre elas a Defensoria Pública da União), têm oferecido cursos regulares e gratuitos de capacitação de intérpretes comunitários. Confira as informações na página [www.mobilang.unb.br](http://www.mobilang.unb.br)*

# TRF3 realiza eventos para celebrar mês do meio ambiente

## Em junho, acontecem palestras e cursos voltados à responsabilidade socioambiental

Sergio Quaranta

A Comissão Permanente de Gestão Socioambiental da 3ª Região (CGSA - 3R) coordena a realização, ao longo do mês de junho, de uma série de eventos, palestras, cursos de capacitação e oficinas, sobre temas ligados ao meio ambiente e à sustentabilidade.

Trata-se de uma ação conjunta envolvendo as Diretorias dos Foros das Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul e as respectivas áreas de gestão de pessoas, com a participação da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região (EMAG), da Escola de Servidores da Justiça Federal de São Paulo (NUES) e dos Laboratórios de Inovação iLabTRF3 e iJusLab.

O objetivo das atividades, destinadas a magistrados, servidores e colaboradores, é envolver o público interno em relação à importância do tema, bem como integrar a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) ao Judiciário.

“É fundamental estarmos alertas e agir de forma consciente, ainda que através de pequenas práticas diárias, em prol da sustentabilidade”, avalia a presidente da CGSA-3R, desembargadora federal Consuelo Yoshida.

A programação\* prevê o desenvolvimento dos seguintes temas: Gestão de resíduos; Plano de Logística Sustentável da JF3R; Meio Ambiente, Poder Judiciário e Agenda 2030; Aspectos Financeiros da Preservação Ambiental; Plataforma Ambiental e Indígena; Boas Práticas para o processo, julgamento e execução de Ações Cíveis Públicas na área

\* Acesse a programação completa: <https://www.trf3.jus.br/junho-verde>



*“Abaporu 2030”  
Por Wladimir Wagner Rodrigues*

*Releitura da obra de Tarsila do Amaral, esta obra foi criada com materiais reciclados do Anexo Administrativo da Justiça Federal na Avenida Presidente Wilson.*

*A obra está em exposição no andar térreo do prédio-sede do TRF3 em São Paulo/SP ao lado do tambor de reciclagem de material de escritório e de pilhas e baterias.*

# PARTICIPE DAS CAMPANHAS DE RECICLAGEM DO TRF3

## CANETAS E MATERIAL DE ESCRITÓRIO

## ELETRÔNICOS

### Escreva uma nova história

Participe da campanha de reciclagem de instrumentos de escrita, realizada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região em parceria com a TerraCycle e a Faber-Castell.

Deposite na lixeira canetas, lapiseiras, lápis e borrachas que você não utiliza mais. O material será reciclado e transformado em novos objetos, como bancos e lixeiras.

### Eletrônico não é lixo

Colabore com um ambiente menos tóxico. Os resíduos eletrônicos devem ser descartados ou reciclados de forma responsável. Esses materiais são altamente nocivos ao meio ambiente, pois apresentam em sua composição metais pesados como mercúrio, chumbo, cádmio, zinco e níquel.

O material será coletado pela Cooperativa de Trabalho de Coleta Seletiva, Triagem, Produção e Comercialização de Materiais Recicláveis de São Paulo – SP - Cooper Vira Lata.

Essa ação faz parte do mês de meio ambiente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

UNIDOS pelo FUTURO

JUSTIÇA FEDERAL TRF3

## Substituição Sustentável

Tribunal substitui os  
copos descartáveis de  
plásticos pelo ecopo



ambiental; Meios Consensuais de Resolução de Conflitos em Matéria Ambiental; Gestão Pública, Governança Ambiental e Política de Baixo Carbono e Contratações Sustentáveis.

## Importância e responsabilidade crescentes

Criada em 2006, a Comissão Permanente de Gestão Socioambiental tem pautado a sua atuação de acordo com as normativas e diretrizes do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), além de contar com o suporte da Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica (ADEG), área responsável pela Gestão Socioambiental do TRF3.

“Entre as nossas tarefas, estão a elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS), a proposição, coordenação e acompanhamento das contratações públicas sustentáveis, as ações para redução de consumo e reciclagem de itens e a adoção de soluções tecnológicas em conjunto com os laboratórios de inovação”, enumerou a presidente da CGSA-3R.

De acordo com a magistrada, a Comissão busca aproveitar e potencializar a expertise nas boas práticas disponíveis na Administração.

“Pretendemos manter os bons trabalhos já desenvolvidos e executá-los de forma conjunta, entre todos os setores do Tribunal e da Primeira Instância, racionalizando o uso dos recursos materiais e humanos”, explicou Consuelo Yoshida.

A Desembargadora salientou algumas das metas a serem atingidas como a redução da produção de resíduos sólidos e de consumo de materiais, o aumento da reciclagem de itens e a realização de contratações públicas sustentáveis. “Nesse contexto, quero agradecer a inestimável participação da juíza federal Raecler Baldescra e da assessora da ADEG, Máira Zau D’Eva, para o trabalho da Comissão”, concluiu.



***“Pretendemos manter os bons trabalhos já desenvolvidos e executá-los de forma conjunta, entre todos os setores do Tribunal e da Primeira Instância, racionalizando o uso dos recursos materiais e humanos”***

***Consuelo Yoshida,  
desembargadora federal***

# UNIDOS pelo FUTURO

MÊS DO MEIO  
AMBIENTE NA  
JUSTIÇA FEDERAL  
DA 3ª REGIÃO



## **Minicurso EAD Plano de Logística Sustentável da JF3R (NUES)**

Servidores e magistrados da JFSP, JFMS e TRF3

De 3 a 30/6

## **Curso “Meio Ambiente, Poder Judiciário e Agenda 2030” (EMAG)**

De 8 a 14/6

Servidores e magistrados da JFSP, JFMS e TRF3

## **Palestra “Resíduos Sólidos” (NURE-SJMS)**

15/06/2022

9h às 10h30 (horário SP)

10h às 11h30 (horário MS)

Servidores e magistrados da JFSP, JFMS e TRF3

## **Palestra “Contratações Sustentáveis” (ADEG E SEGE)**

23/06/2022

Servidores e magistrados da JFSP, JFMS e TRF3

## **Oficina “Contratações Sustentáveis” (IJuspLab e iLabTRF3)**

Dias 28 e 30/6

Servidores das áreas de contratações

## Sobrestamento de Processos em Lote

A Assessoria de Gestão dos Sistemas de Informação (AGES) informa às unidades da Seção Judiciária de São Paulo que a suspensão ou sobrestamento de processos que envolvam temas de tribunais superiores, IRDR ou IAC, bem como o levantamento de causa suspensiva podem ser realizados em lote, a partir do fluxo de sobrestamento no sistema PJe de 1º grau.

A nova opção de lote será habilitada em breve também no PJe de 2º grau. Acesse o [tutorial](#) com instruções para realizar o procedimento.



## Saúde

# Cuidados com a saúde mental: a importância das férias

## Estudos comprovam que tirar férias melhora a saúde física, mental e o desempenho no trabalho

*Ester Laruccia*

Com a chegada do mês de julho, muitas pessoas se preparam para tirar férias. A prática não é apenas um descanso merecido.

Tirar férias diminui o nível de estresse e o risco de doenças do coração e diabetes; melhora os níveis de energia; melhora os níveis de energia e a qualidade do sono; aumenta a capacidade cerebral; e reduz o risco de desenvolver depressão, ansiedade e síndrome de burnout.

Além disso, o estudo [Psychological Detachment From Work During Leisure Time: The Benefits of Mentally Disengaging From Work](#) revelou que quando nos desprendemos do trabalho durante um período de descanso, voltamos mais empenhados e produtivos.

O artigo 24º da Declaração Universal dos Direitos Humanos diz que “toda pessoa tem direito ao repouso e ao lazer, especialmente a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas pagas”.

A constituição federal garante, no art. 7º, inciso XVII, o gozo de 30 dias de férias remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

### Rotina com mais prazer

Mesmo que as férias estejam longe, a diretora da Divisão de Assistência à Saúde do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, a médica Rosely Timoner Glezer, orienta: “O descanso é fundamental tanto para a saúde física como emocional”.

Ela recomenda, sempre que possível, sair da rotina e buscar atividades que tragam prazer, mas “sem descuidar dos preceitos básicos de saúde



de, evitando excessiva ingestão de álcool, exposição ao sol sem proteção e por longos períodos, ingestão de alimentos preparados sem garantia de higiene, direção irresponsável e a realização de exercícios físicos intensos sem avaliação médica prévia”.

De férias ou não, cuide da pessoa mais importante da sua vida: você mesmo.

## Benefícios das férias

- Diminui o nível de estresse;
- Diminui risco de doenças do coração e diabetes;
- Melhora os níveis de energia;
- Deixa os indivíduos mais felizes;
- Aumenta a capacidade cerebral;
- Melhora a qualidade do sono;
- Diminui o risco de desenvolver depressão, ansiedade e síndrome de burnout.

## Volte com novos hábitos

- Não leve trabalho para casa;
- Mantenha o ambiente de trabalho limpo, iluminado, ventilado e sem barulho excessivo;
- Alimente-se de maneira saudável;
- Procure dormir oito horas diárias;
- Faça atividades esportivas regularmente;
- Escute música;
- Passeie ao ar livre;
- Saia com amigos e família;
- Reserve um tempo só para você;
- Desenvolva a espiritualidade;
- Administre o tempo realizando uma atividade por vez;
- Cultive o bom humor.

## Como sair de férias?

- Desligue-se do trabalho
- Saia temporariamente de grupos de WhatsApp e Redes Sociais;
- Desabilite as notificações do celular;
- Habilite a resposta automática de e-mails, deixando claro que está de férias;
- Busque o lazer e o descanso;
- Conheça lugares novos;
- Divirta-se.



## Aconteceu na 3ª Região

### XII edição do Conciliar é Legal premia instrutores de mediadores e conciliadores

Os juízes federais da 3ª Região Bruno Takahashi e Herbert Cornélio Pieter de Bruyn Júnior integram o grupo vencedor da categoria “Instrutores de Mediadores e Conciliadores” da XII edição do Prêmio Conciliar é Legal. Ao todo, são catorze instrutores do “Curso de Formação de Conciliadores (Parte Teórica – em EaD)”, promovido pelo Conselho da Justiça Federal (CJF)”.

O grupo é composto por tutores dos cinco Tribunais Regionais Federais, que ministram aulas aos servidores da Justiça Federal para habilitá-los no desenvolvimento de competências visando o emprego de método consensual de solução de conflitos, com vistas à pacificação social e ao amplo acesso à Justiça.



### Corregedoria-geral da Justiça Federal realiza inspeção no TRF3

O corregedor-geral da Justiça Federal e vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Jorge Mussi, e a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), desembargadora federal Marisa Santos, abriram, no dia 2/5, a Inspeção Ordinária na Corregedoria-Geral da Justiça Federal no TRF3, que foi realizada até 13/5.

Na ocasião, o ministro destacou as transformações pelas quais a Justiça Federal passou nos últimos dois anos, com a virtualização dos serviços judiciários e o uso intenso de tecnologia, incluindo inteligência artificial. Ressaltou o caráter inovador da 3ª Região e elogiou o trabalho desenvolvido pela corte para restabelecer os serviços após o ataque hacker.



## CJF aprova Política de Comunicação Social da Justiça Federal

O Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou, por unanimidade, em 25/4, a minuta de Resolução que dispõe sobre a Política de Comunicação Social da Justiça Federal, bem como o Manual de Comunicação do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus. O processo foi relatado pelo presidente do Conselho, ministro Humberto Martins.

A presidente do TRF3, desembargadora federal Marisa Santos, participou da sessão, assim como os assessores de Comunicação do CJF e dos cinco TRFs. A Política de Comunicação Social determina, dentre outras coisas, que a comunicação dos órgãos envolvidos deverá ter a missão de contribuir para a credibilidade e o fortalecimento da imagem institucional, a fim de se tornar referência em comunicação pública, ética, democrática e de qualidade.

## Agentes de polícia judicial do TRF3 realizam cursos de atualização

A Secretaria de Segurança Institucional (SSEG) e a Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGE) promoveram, entre 2 e 6/5, os cursos “Operador de Bastão Retrátil” e “Pronto Socorro em Atividade Policial”, destinados aos agentes de polícia judicial.

Os treinamentos contaram com a parceria da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo/SP e foram realizados no Centro de Treinamento de Segurança Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2).

Ao todo, foram treinados 20 agentes de polícia judicial, sendo 12 do TRF3 e oito do TRT2.



## Comitivas da Advocacia-Geral da União e do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo visitam laboratórios de inovação da 3ª Região

Os laboratórios de inovação do TRF3 e da JFSP - iLabTRF3 e iJusLab - receberam visitas de representantes do Tribunal de Justiça Militar

do Estado de São Paulo (29/4) e da Advocacia-Geral da União (12/5). Além de conhecer os espaços, os visitantes debateram inovação, trabalho remoto, estrutura administrativa e tecnologia. Eles conheceram, ainda, a biblioteca e o espaço de inteligência e inovação da JFSP.

## Combate do assédio moral e sexual e à discriminação

Foi publicada a [Resolução PRES nº 521/2022](#), que estabelece a “Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação na Justiça Federal da 3ª Região”. O objetivo é promover um ambiente de trabalho digno, saudável, seguro e sustentável e atende às Resoluções 351/20 e 413/21 do CNJ.

O documento apresenta os conceitos básicos relacionados ao tema e destaca os princípios: respeito à dignidade da pessoa humana; não discriminação e respeito à diversidade; saúde, segurança e sustentabilidade como pressupostos fundamentais da organização laboral.

A implantação terá três eixos: gestão e organização do trabalho, formação e comunicação. As denúncias poderão ser apresentadas por qualquer pessoa que se sinta alvo de assédio ou discriminação no trabalho ou por quem tenha conhecimento dos fatos. [Acesse a notícia](#).

## TRF3 divulga Relatório de Gestão 2021

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) divulgou, na página da internet da instituição, o [Relatório de Gestão 2021](#). A publicação apresenta informações referentes à estrutura organizacional, riscos, oportunidades e perspectivas, governança, estratégia e desempenho, bem como informações orçamentárias e financeiras da Justiça Federal da 3ª Região. O documento reúne as ações prioritárias adotadas pela Justiça Federal e os resultados alcançados.

O relatório está dividido em seis capítulos: Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo; Riscos, Oportunidades e Perspectivas; Estratégia, Governança, Desempenho e Alocação de Recursos; Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis; Conclusões de Auditorias Independentes; e Anexos, Apensos e Links.



*Conheça as Subseções*

## ***Justiça Federal em Ribeirão Preto completa 35 anos***

**A primeira Subseção do interior do Estado de São Paulo foi instalada pelo antigo Tribunal Federal de Recursos**



*Ester Laruccia*

Ribeirão Preto foi a primeira cidade do interior de São Paulo a receber a Justiça Federal. A 2ª Subseção Judiciária foi criada pelo Provimento n.º 328, do antigo Tribunal Federal de Recursos, assinado pelo presidente do Conselho da Justiça Federal, ministro Gueiros Leite, e implantada em 19 de junho de 1987, inicialmente com uma vara.

A Subseção Judiciária de Ribeirão é responsável por 33 cidades da região. São elas: Altinópolis, Barrinha, Batatais, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guatapar, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antnio, Morro Agudo,

Nuporanga, Orlandia, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Sales de Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, Taiaçu, Taiúva, Taquaral, Terra Roxa e Viradouro.

Hoje são 9 varas federais, com Juizado Especial Federal e Central de Conciliação. O edifício possui 3.110,60 m<sup>2</sup> com um anexo de 4.288 m<sup>2</sup> de área construída. A 2ª Subseção possui 75.650 processos em tramitação. Na Subseção Judiciária de Ribeirão Preto estão lotados 9 juízes federais titulares e 6 juízes federais substitutos, distribuídos em 7 Varas Federais (sendo 1 especializada) e 2 Varas-Gabinete (JEF), além de 152 servidores públicos. O endereço é Rua Afonso Taranto, 455, no bairro Nova Ribeirânia.

## Sobre a Cidade

Ribeirão Preto está localizada no nordeste do estado de São Paulo, a 330 km da capital. É o nono maior município do estado com uma área total de 652,2 km<sup>2</sup>. A altitude média é de 546,8 m. Com 720.116 habitantes, é a nona cidade mais populosa do país, sem contar as capitais. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,800, considerado elevado em relação ao país.

A cidade foi fundada por fazendeiros em 19 de junho de 1856. O município já foi chamado de Vila de Entre Rios e a alteração no nome ocorreu em 7 de abril de 1879.

O café foi uma das principais fontes de renda e, a partir de 1929, perdeu espaço para outras culturas e para o setor industrial. Foi apelada de “Califórnia brasileira” devido à combinação do agronegócio, alta tecnologia, riqueza e tempo ensolarado o ano todo. Hoje a cidade é conhecida como a “Capital do Agronegócio” e, desde 2010, “polo tecnológico”, pois, na segunda metade do século XX, houve investimentos nas áreas de saúde, biotecnologia, bioenergia e tecnologia da informação. O município é também relevante centro de saúde, educação, pesquisas, turismo de negócios e cultura do Brasil.



Do topo, da esquerda para a direita: vista aérea da região central da cidade; Catedral Metropolitana de Ribeirão Preto; interior do Theatro Pedro II; Choperia Pinguim; Museu do Café Francisco Schmidt; Parque Prefeito Luiz Roberto Jáballi. (Fonte: Wikipedia)

# Linha do tempo

## 19/6/1987

O primeiro fórum federal do interior paulista foi instalado em Ribeirão Preto. Seu acervo inicial continha 40.000 processos.

## 10/6/1987

1ª Vara implantada pelo Provimento nº 328-CJF, de 10/6/1987, a partir de 19/6/1987; Especializada em Execuções Fiscais, desde 03/9/2014.

## 16/11/1990

2ª Vara implantada pelo Provimento nº 27-CJF3R, de 29/10/1990, a partir de 16/11/1990; 2ª Vara Mista com competência criminal, do Júri, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores e crime contra o sistema financeiro e de Execução Pena.

## 25/8/1995

4ª Vara implantada pelo Provimento nº 110-CJF3R, de 03/8/1995, a partir de 25/8/1995; 4ª Vara Mista com competência criminal, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores e crime contra o sistema financeiro e de Execução de ANPP.

## 18/6/1999

5ª, 6ª e 7ª Varas foram implantadas pelo Provimento nº 176-CJ-F3R, de 14/6/1999, a partir de 18/6/1999; 5ª Vara, 6ª Vara e 7ª Vara Mista com competência criminal, de “lavagem” ou ocultação de bens.

## 9/9/1999

9ª Vara - Implantada pelo Provimento nº 180-CJF3R, de 02/9/1999, a partir de 09/9/1999; Especializada em execuções fiscais.

## 27/10/2000

Certificação ISO 9002, atribuída pela Gestão da Qualidade Total. Prêmio inédito para uma instituição jurídica.

## 14/4/2003

Instalado em Ribeirão Preto o primeiro JEF do interior e assinado convênio de cooperação mútua com a Universidade COC.

## 3/2/2005

Juizado Especial Federal de Ribeirão Preto libera lote com 1.710 sentenças.

## 26/10/2005

Inauguração dos trabalhos itinerantes em Ribeirão Preto e solenidade de especialização de vara em crimes de lavagem de dinheiro.

## 18/05/2009

Justiça Federal de Ribeirão Preto consegue 51% de acordos em mutirão de conciliação do SFH onde foram arrecadados R\$ 1.771.567,68 e atendidas 231 pessoas.

## 11/06/2010

Justiça Federal de Ribeirão Preto participou da 10ª Feira Nacional do Livro, com estande para informações sobre a atividade jurisdicional e direitos dos cidadãos.

## 22/06/2012

Instalada a Central de Conciliação em Ribeirão Preto.

## 08/09/2016

PJe foi implantado na Subseção Federal de Ribeirão Preto.



## Cursos e eventos

### Cursos STF Educa

O [STF Educa](#) oferece cursos on-line autoinstrucionais, gratuitos e abertos à sociedade. Qualquer pessoa pode se matricular em quantos cursos quiser e o prazo para conclusão de cada um deles é de 90 dias corridos a partir da data de inscrição.



Veja, a seguir, o portfólio de cursos:

- Habeas Corpus: jurisdição constitucional e principais temas tratados no STF (NOVO)
- Aplicação da Inteligência Artificial ao Direito (NOVO)
- Introdução ao Direito Constitucional e ao Controle de Constitucionalidade
- Repercussão Geral: origens, inovações e sua aplicação ao STF
- A Lei Anticorrupção e o Processo Administrativo de Responsabilização: teoria e prática
- Atualização Gramatical
- O Emprego da Vírgula em 4 Lições
- Caminhos da Pontuação: entenda as orações adjetivas
- Quando nasce um pai: orientações básicas sobre paternidade responsável

### Educação a distância do CNJ

Ofertados na modalidade autoinstrucional, os cursos são disponibilizados na [plataforma de ensino à distância \(EAD\) do CNJ](#). O público-alvo são servido-

res e magistrados, porém o curso é aberto a qualquer pessoa interessada. Ao cumprir os requisitos mínimos de participação e atividades avaliativas, é emitido um certificado.

Acesse a Plataforma EAD do CNJ: <https://www.cnj.jus.br/eadcnj>;

clique em “Acesse aqui” e digite seu CPF e a senha; se não tiver uma conta na plataforma, clique em “Criar uma conta”; preencha os dados solicitados; você receberá um e-mail de confirmação do seu cadastro. Pronto, agora é só acessar a plataforma e localizar o curso desejado. Veja os cursos Disponíveis:

#### Ciclo de Cursos da Ouvidoria

- Acesso à Informação e Ouvidorias do Poder Judiciário-2022-Ciclo1
- Participação e Controle Social na Administração Pública-2022-ciclo1
- Ouvidorias Judiciais - Fundamentos e Funcionamento na Prática-2022-ciclo1

#### Cursos de Tecnologia da Informação

- Gestão de Portfólio, Programas e Projetos de Implantações da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ- Br-2022-Ciclo2
- Curso de Microsoft Teams
- Curso de Microsoft Word
- Curso de Microsoft PowerPoint
- Curso de Microsoft Planner

- Curso de Microsoft Outlook
- Modelo de Governança e de Gestão Negocial dos Serviços Digitais do CNJ e Poder Judiciário.
- Curso de Desenvolvimento Colaborativo de Modelos de Inteligência Artificial - Uma abordagem com uso do SINAPSES - EaD- Turma 03 - ciclo 3- 2022
- Transformação Digital, Ágil e a Metodologia e Aplicação de OKRs - Turma 1 - 2022
- Gestão de Portfólio, Programas e Projetos de Implantações da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ- Br-2022-Ciclo1
- Evolução dos Modelos de Governança de Tecnologia da Informação dos Tribunais - 2022 - Ciclo1

### Cursos Direitos da Infância

### Capacitações da Plataforma Digital do Poder Judiciário

- Java Básico 2022 - ciclo1

### Ciclo de cursos abertos do CEAJUD - 2022 - 1º semestre

- Oficina de Pais e Mães Online
- Conhecendo o Poder Judiciário e o Papel do CNJ
- Gestão Documental No Poder Judiciário
- Improbidade Administrativa
- Novo Acordo Ortográfico
- Gestão da Qualidade
- Gestão do conhecimento
- Metodologia de Análise e Solução de Problemas
- Direito da Infância e Juventude

Ainda neste ano, está previsto o lançamento de outros três cursos a distância: Java Avançado, Angular e Testes Automatizados.

## Seminário sobre Repositório Arquivístico Digital

Os magistrados e servidores do Judiciário que atuam nas áreas de tecnologia, gestão documental e planejamento estratégico podem se inscrever no seminário [“Repositório Arquivístico Digital Confiável \(RDC-Arg\): preservação e acesso aos documentos arquivísticos do Poder Judiciário”](#) até 29 de junho. O evento, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), será realizado no dia 30 de junho, a partir das 9h30, com transmissão pelo YouTube.

## Curso de Harvard de introdução à ciência da computação

Está disponível gratuitamente o curso da Universidade de Harvard: o CC50 de introdução à ciência da computação. As aulas online estão disponíveis gratuitamente com legendas em português.

O CC50 é voltado para pessoas sem conhecimento prévio, mas que querem aprender sobre Ciências da Computação. Nas aulas, o aluno aprenderá conceitos básicos de computação e internet, como programação, algoritmos, desenvolvimento de projetos, além de ter acesso a uma comunidade de estudantes de diferentes níveis de experiência na área.

Como se inscrever

Acesse a [página do curso](#) e clique em quero fazer minha inscrição. Preencha o formulário com seus dados e confirme a inscrição para acessar o curso completo.

# AVALIE OS CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA JF3R



**Com a sua ajuda, vamos aprimorar nossa comunicação interna!**

**[www.trf3.jus.br/pesquisa](http://www.trf3.jus.br/pesquisa)**